

Por Evilasio Tenorio da Silva Neto

Entenda os direitos do paciente sobre o fornecimento do Rituximabe, as obrigações dos planos de saúde e do SUS, e como agir diante de negativas de cobertura ou demora no atendimento

O acesso a medicamentos essenciais é um dos pilares do Direito à Saúde no Brasil. Entre os tratamentos de alto custo e relevância médica, o Rituximabe se destaca como um medicamento indispensável para o tratamento de doenças graves, como linfomas, leucemias e doenças autoimunes.

No entanto, muitas pessoas enfrentam dificuldades para obter esse medicamento, seja por negativas dos planos de saúde ou pela demora no fornecimento pelo SUS - Sistema Único de Saúde. Este artigo aborda os direitos do paciente nessas situações e as obrigações legais das operadoras de saúde e do SUS.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Migalhas, em 30.01.2025